

COLABORAÇÃO

Plano de Recuperação Econômica do São Francisco

Análise cultural e técnica de suas diretrizes

LUCAS LOPES

(Extraído do livro *Plano de Recuperação Econômica do S. Francisco* que será editado pelo Serviço de Documentação do D.A.S.P.)

PRELIMINARES

"If we are successful here, we can march on, step by step, in a like development of other great natural territorial units within our borders."

(F.D. Roosevelt — *Message on T.V.A.*)

A IDÉIA de se encaminhar, nesta quadra de nossa evolução, uma parcela dos recursos da União para fomentar o desenvolvimento econômico de uma grande área retardada do interior do País, merece ser analisada no pórtico deste trabalho em que apresentamos as conclusões de um longo esforço de planejamento que dela derivou.

E' uma idéia nova, entre nós envolvendo novos conceitos de atuação administrativa do governo e criando novo campo de relações entre as Unidades de um corpo Federativo e a União.

Uma entidade geográfica que transcende as divisas de vários Estados é erigida em quadro territorial de ação de um novo órgão da administração federal a que se atribui a missão de variada e extensa atuação governamental.

"A providência dos constituintes de 1946 tornou exequível o aproveitamento das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, sob a forma de empreendimento obrigatório da União. Nos termos do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quantia não inferior a um por cento das rendas tributárias federais deverá aplicar-se nessa tarefa, anualmente, durante vinte anos, segundo as diretrizes de um plano a ser traçado e executado pelo Governo federal. Ficaram, portanto, assegurados os recursos, reconhecida a necessidade de um plano, e estipulado o prazo para sua execução, isto é, garantias mínimas indispensáveis contra os perigos de possíveis proteções, divergências de orientação e, sobretudo, descontinuidade no andamento das obras. Sob qualquer de seus aspectos, a valorização econômica da extensa região e a elevação do padrão de trabalho dos seus habitantes

é problema que ultrapassa o âmbito dos interesses regionais, para adquirir extraordinária significação nacional. Não era mais lícito protelar a restauração do grande Rio; cumpria, ao invés, restituir-lhe, deliberadamente, as funções históricas que lhe reconheceram os estudiosos: traço de união vital entre o Norte e o Sul do país, fonte de energia hidráulica, celeiro de víveres, condensador de populações. Urgia e urge subjugar as suas águas, regularizando a sua vazão e promovendo a sua utilização racional, a fim de atender à multiplicidade de objetivos do empreendimento: navegação e transporte, irrigação, produção de energia elétrica, reflorestamento e restauração do solo, colonização e industrialização".

"Não se devem subestimar, entretanto, as dificuldades dos trabalhos para a sua execução. E' a primeira tentativa, em nosso país, de planejamento regional, cujo maior obstáculo não está em projetar determinadas obras e serviços, mas em selecionar e executar os de maior repercussão na vida econômica e social das populações interessadas, condicionado, por outro lado, o início de qualquer obra à existência de suficientes recursos humanos, técnicos e financeiros, para sua realização dentro dos prazos prefixados. Cumpre planejar de acordo com os dados de rigoroso levantamento das condições de área que se pretende recuperar e desenvolver, escolhidos os projetos realizáveis, com absoluto senso prático e ausência total de zelos particularistas ou veleidades regionalistas, mas segundo prioridades, decorrentes da própria natureza dos trabalhos, e ordem lógica de urgência." (1)

É, sem dúvida, verdade que a experiência do Plano do São Francisco tem um significado novo na dinâmica de nossa organização federativa. Em outra oportunidade (2) lembramos, ao analisar certos problemas de política nacional, que um ponto crítico de nosso regime federativo reside

(1) Mensagem Presidencial — 1946.

(2) LUCAS LOPES — "*Estudos de Política do Brasil*" — À margem do problema de interiorização da Capital Federal — Rio — 1948.

no choque de duas tendências e duas concepções diferentes de eficiência da ação governamental. A primeira defende a premissa de que o máximo de eficiência governamental existirá quando a administração agir dentro de planos nacionais concluídos, considerando o país como um todo, dando prioridade a esta ou àquela obra pública de acôrdo com o seu grau de interesse nacional. A segunda imagina a ação governamental orientada no sentido de dar a cada unidade federada o máximo de liberdade de planejamento e de ação; a eficiência do conjunto deve resultar da soma, da justa posição dos resultados obtidos na órbita provincial. A primeira pleiteia a concentração de recursos financeiros nas mãos da União, que os empregará nas bases de um Plano Político Nacional; a segunda bate-se pela distribuição de recursos às províncias, que os empregará de acôrdo com os seus interesses imediatos. Esta última tendência se expressa no campo político de forma tumultuária; sugere oposições regionais; fomenta a formação de blocos provinciais e renova, em cada período de lutas políticas, os mais perigosos sentimentos de discussão e as mais fundas mágoas.

A eleição de uma bacia hidrográfica que ocupa parte substancial de cinco unidades da Federação, e tem sua economia vinculada a vários outros Estados, para área de planejamento e ação do Governo da União, é um novo conceito com repercussões evidentes no estreitamento de nossos laços federativos, a sugerir e abrigar o aperfeiçoamento das relações de vários Estados entre si e com o Governo Central.

A escolha da bacia do São Francisco para campo dessa experiência é justificada por teses construtivas de política nacional. A oportunidade e o vulto do empreendimento merecem ser analisados.

Em capítulos seguintes focalizaremos o sentido nacional do Plano do São Francisco que se caracteriza como obra de povoamento e de integração geopolítica. Esta obra já se processa lentamente, ao sabor de impulsos e iniciativas individuais, sem método e sem diretrizes gerais. A ação do governo será principalmente de catalise, de ativação de um processo natural de fixação humana, em contraposição a tendências de centrifugismo migratório, de conseqüências graves para a estrutura de nosso quadro demográfico, econômico e político.

Desde que se fixou com nitidez e gravidade no panorama de nossa política o problema da integração da bacia do São Francisco ao âmbito das regiões desenvolvidas do litoral, não há como protelar as medidas que o tornarão superado.

Poder-se-ia discutir o vulto do esforço a ser empregado, em face de outras necessidades do país e este foi um tema de debates parlamentares. Já é, entretanto, uma tese vencedora que o emprego de 1%, apenas, das rendas tributárias da União, numa área que representa cerca de 7% do território nacional, e tem tão grande significação como a bacia do São Francisco, é uma medida

ponderada e certa. As regiões mais desenvolvidas do país já absorvem recursos muito maiores. Outros empreendimentos governamentais de fomento a economia encontram também os recursos que necessitam.

O Plano do São Francisco é oportuno e se enquadra no esquema de nossas possibilidades atuais.

A experiência que êle significa de gastar-se de forma coordenada uma determinada importância para atender ao conjunto de problemas de uma determinada área, é um primeiro passo em rumo novo.

O sucesso de sua realização sugerirá novos empreendimentos em outras bacias e outras unidades geográficas ou humanas do nosso País.

SENTIDO NACIONAL DO APROVEITAMENTO DO SÃO FRANCISCO

“Compreendamos que o *milagre da unidade*, obtido pela força centrípeta da realidade teria sido diluído pelos imperativos cósmicos, diferenciadores do litoral de norte a sul, se pelo centro da terra imensa, percorrendo os gerais dos planaltos e ligando as terras altas interiores de Minas aos sertões semi-áridos do nordeste, não tivesse o São Francisco fixado a *base física* da unidade empolgante do Império, constituindo aquele grande *Tablado geográfico* em que populações de missionários, bandeirantes e vaqueiros realizaram, com o vigor próprio das coisas anônimas, o *embasamento do Império* e fixaram o cerne da unidade política indestrutível”.

(VICENTE LICÍNIO CARDOSO — *À Margem da História do Brasil*)

Parece-nos que, antes de tentarmos raciocinar sobre a recuperação econômica do Vale do São Francisco como engenheiros, agrônomos, economistas ou geógrafos, devemos indagar quais os objetivos políticos mais amplos que levaram o constituinte de 1946 a determinar que se empregue, durante 20 anos, 1% das rendas tributárias da União, no estudo e na execução de um “plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes”.

Por que motivo foi a bacia do São Francisco destacada como merecedora de um tratamento especial no quadro de nossa estrutura territorial? Existirão razões que transcendam à simples valorização da área privilegiada? Quais os objetivos nacionais que se pretende atingir com o desenvolvimento da grande calha fluvial?

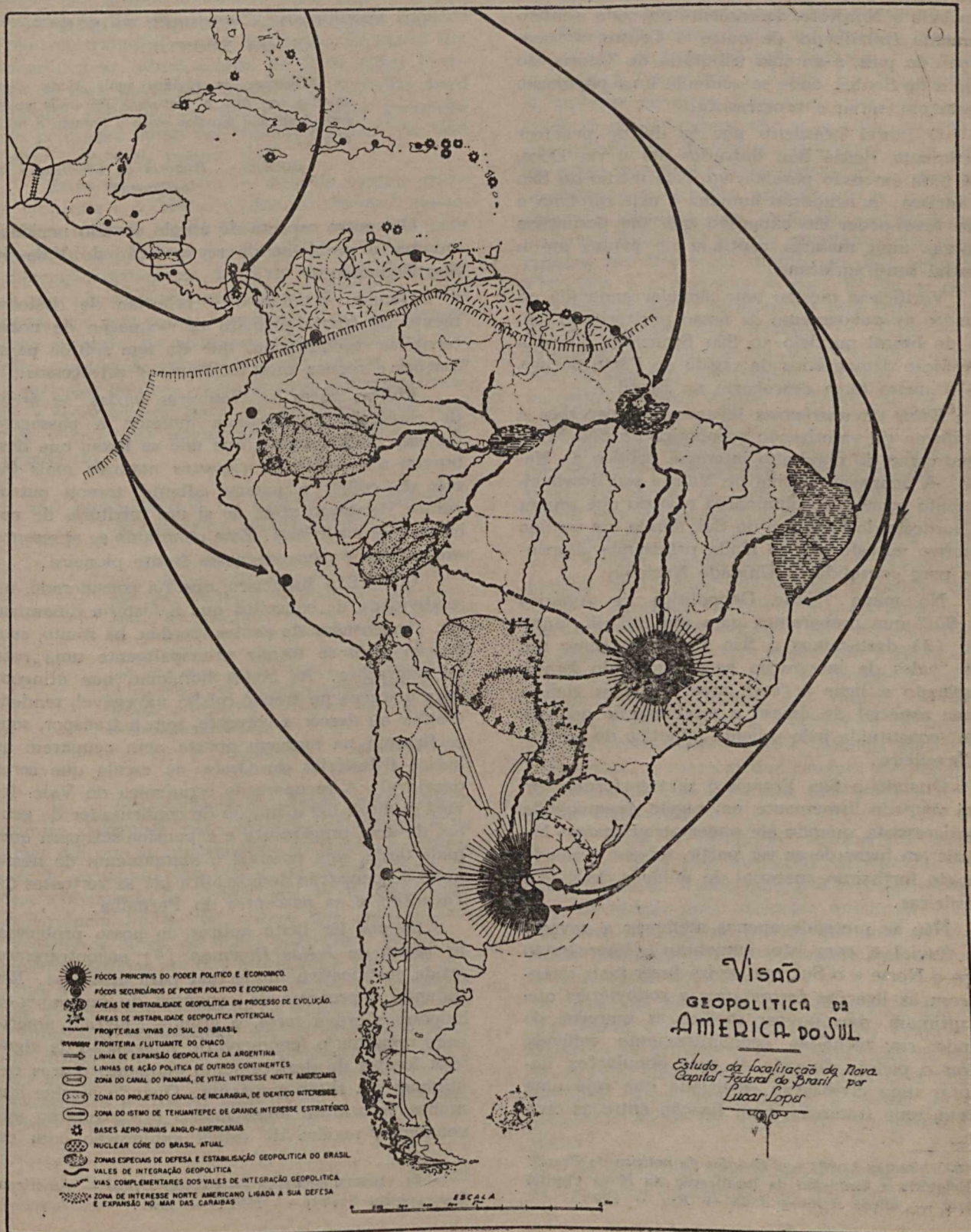
Esboçando respostas a tais indagações deixaremos de parte, no momento, uma série de considerações de sentido histórico que, explicando a evolução social preterida da região, poderiam indicar rumos de uma desejável evolução futura, para atentarmos a observações de caráter geográfico, de sabor levemente geopolítico, que apontam as circunstâncias mais atuantes no processo de fixação e desenvolvimento humano no grande Vale.

A “posição” parece-nos o fator geográfico que maior projeção nacional confere ao São Francisco. Sem possuir o caráter de rio de penetra-

ção da hinterlândia, porque desenvolveu a maior parte de seu curso ao longo de uma paralela ao litoral e porque teve sua função carreadora interrompida bem próximo da embocadura, o São Francisco não assistiu o desenrolar de uma ocupação humana contínua de suas margens; além de uma série de quedas e desníveis, grandes trechos de terras semi-áridas interrompiam a penetração montante de gentes.

Se a ocupação demográfica do baixo São Francisco pôde atingir a um grau razoável de

concentração, somente a muitas centenas de quilômetros acima das cachoeiras, já nas nascentes do rio principal e de seus formadores é que o adensamento humano pôde novamente se fazer, não mais sob a influência direta das águas do São Francisco, porém ao estímulo de uma grande riqueza mineral e de uma agricultura pioneira, que eram exploradas por homens vindos do Sul, de outras bacias e outras veredas de penetração do território.



Ao longo de mais de um milhar de quilômetros as margens do grande rio permanecem quase vazias de população, sem o poder de fixação humana que os grandes vales têm apresentado em outras regiões do mundo, sem atrativos para desbravamentos e imigrações.

Quem observar com atenção os mapas de distribuição da população do Brasil, ou cartogramas de produção, de riqueza, de trabalho, de vida social, de presença humana enfim, notará que duas grandes áreas escuras, cheias de atividade e em franco progresso se encontram isoladas. De um lado o Nordeste, densamente povoado e intensamente trabalhado, de outro o Centro, a "core area" do país, a auréola tributária de Vitória, do Rio e de Santos, onde se acumula uma população numerosa, ativa e progressista.

O litoral brasileiro não se deixou penetrar facilmente, desde São Salvador até o rio Doce, em toda extensão paralela ao Vale médio do São Francisco. A ocupação humana é nêle rarefeita e não teve poder de expansão que lhe permitisse alargar uma mancha contínua de gentes até o caudal san-franciscano.

Verifica-se mesmo uma singular anomalia no quadro de povoamento de nosso território ao longo do litoral paralelo ao São Francisco, que é a rarefação demográfica da região de Pôrto Seguro, da primeira terra descoberta no Brasil.

Estas circunstâncias levam-nos a perceber o problema da valorização econômica do São Francisco como do mais alto interesse político da Nação. A ocupação efetiva do Vale e seu desenvolvimento econômico eliminarão o vazio que separa o Nordeste do Centro e do Sul, dando um sentido objetivo ao esforço que ainda precisamos despendar para consolidar a Unidade Nacional.

No mapa "Visão Geopolítica da América do Sul" que preparamos para um trabalho anterior (3) destacamos o São Francisco como um dos "vales de integração geopolítica" do Brasil, destinado a ligar a "core area" do país com a "zona especial de defesa e estabilização geopolítica" constituída pelo saliente atlântico do nordeste brasileiro.

Quando o São Francisco se transformar em área ocupada firmemente, em região desenvolvida e progressista, quando êle puder atrair massas humanas em lugar de as ver partir, ter-se-á formado um elo fortíssimo, material de união e de defesa brasileiras.

Não se pretende apenas melhorar a navegação fluvial e, com isto, aumentar o intercâmbio entre o Norte e o Sul, que se irá fazer mais intenso com as ligações ferroviárias e rodoviárias que se ultimam, mas povoar melhor as margens do grande rio, torná-las economicamente estáveis, elevar o padrão de vida de suas populações, implantar uma civilização ribeirinha que seja uma síntese, uma transição, uma ligação entre as civi-

lizações que se constroem no Nordeste e no Centro do país.

No esquema de um *Plano Político Nacional* a recuperação do Vale do São Francisco tem o objetivo primordial de fortalecer a Unidade Nacional. A posição geográfica da grande corda potâmica marca-lhe o destino de um eixo material de união dos brasileiros. Êle precisa transformar-se, realmente, no rio da unidade nacional e isso se verificará quando o transmutarmos em um Vale de possibilidades e de promessa.

SÃO FRANCISCO — "PIONEER FRINGE" ou "HOLLOW FRONTIER"

"Outrora as regiões mais ricas eram aquelas em que a Natureza foi mais generosa; hoje são aquelas onde o homem é mais ativo".

(BUCKIE — *História da Civilização na Inglaterra*)

Um outro aspecto de amplo sentido nacional envolve o problema de recuperação do Vale do São Francisco.

Quando estudamos o processo de deslocamento da frente pioneira de ocupação de nosso território reconhecemos que ela tem sofrido paralisações e recuos, amortecimento e retrocessos.

Muitas vezes as fronteiras vazias, as áreas de rarefação demográfica marcam a passagem de uma onda humana que não se fixou, que desbravou e espoliou as riquezas naturais mais fáceis de colhêr e passou adiante, tomou outros rumos, deixando atrás de si um território de pobreza e de insucessos. Êsse panorama se apresenta em muitos trechos de nossa frente pioneira.

O rio São Francisco, que foi considerado, na relatividade de conceitos que a história dinamiza, um condensador de gentes, perdeu, há muito, esta função para se tornar principalmente uma rota de migrações. As ondas humanas, que atingem suas margens no trecho médio navegável, tendem a subir ou descer a corrente, sem a transpor, sem se fixarem na margem oposta, sem ocuparem as bacias tributárias do Oeste, na escala que seria desejável. A recuperação econômica do Vale deverá restituir-lhe a função de condensador de gentes, de área progressista e expansionista, para que, mais tarde, seja possível o alargamento de nossa linha de ocupação demográfica até as vertentes do Tocantins e as nascentes do Parnaíba.

Se nos fôr lícito aplicar ao nosso problema as idéias de *Isaias Bowman* (4) encontraremos nítida justificativa intelectual para esta tese. Estudando o processo de expansão do povoamento humano sôbre a terra, o grande geógrafo americano ressaltou o fenômeno de estagnação de algumas frentes de deslocamento enquanto outras caminham em ritmo constante. Quando massas humanas encontram áreas menos favoráveis ao povoamento, regiões de difícil exploração com os

(3) LUCAS LOPES — "Estudos de política do Brasil" — Relatório à Comissão de localização da Nova Capital Federal — edição mimeografada — Rio — 1948.

(4) ISAIAS BOWMAN — *Pioneer fringe* — American Geographical Society — N. Y. — 1931.

métodos técnicos e culturais que possuam, paralisa-se a expansão demográfica sobre essas áreas até que um progresso técnico, uma evolução cultural lhe permita colhêr sucessos no aproveitamento econômico da região.

Se analisarmos os mapas de densidade de população do São Francisco em 1920 e 1940, notaremos que, em todo trecho médio, a isaritmia de cinco habitantes por quilômetro quadrado, representando um povoamento incipiente, apenas o toca em um ponto, retrocede em outro e paralisa-se em grande extensão. Será possível restituirmos ao São Francisco o característico de uma "pioneer fringe" de uma frente de expansão demográfica se introduzirmos no Vale novas técnicas de vida, novos instrumentos de trabalho, novo impulso cultural. Se falharmos neste propósito ele perdurará como um "hollow frontier" no conceito de Preston James. (5)

Êstes dois aspectos — área de contato entre o Nordeste e o Centro e base de expansão demográfica sobre o Brasil Central — bastariam para justificar um esforço dos brasileiros visando a recuperação econômica do Vale do São Francisco se ela não representasse ainda inúmeras outras vantagens, tais como a integração de uma grande área ao ritmo da economia que progride no litoral; a utilização de recursos energéticos, minerais e agrícolas de uma região imensa e, principalmente, o soerguimento social de uma população forte que vive e luta desamparada, nas barrancas do grande rio.

O SÃO FRANCISCO E OS CICLOS DE EXPANSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

"A história da economia brasileira é uma série de recordes sensacionais caracterizada por uma seqüência de flutuações que espantam. Ela constitui, na verdade, a história do aparecimento e desaparecimento, por assim dizer, de sistemas econômicos inteiros em que uma nação baseia sua existência. A mudança dos produtos principais tem deslocado a fronteira econômica do país e seu centro de gravidade".

(J. F. NORMANO — *Evolução Econômica do Brasil*)

Já os historiadores de nossa evolução econômica definiram com exatidão as épocas e as áreas em que se processaram no Brasil movimentos de expansão econômica em conseqüência do desenvolvimento de certos tipos de produção cuja importância foi de tal ordem que caracterizam verdadeiros ciclos de nosso progresso. Será interessante estudar em que escala foi a bacia do São Francisco atingida por essas ondas de expansão que acarretavam processos de ocupação territorial e integração econômica. Não pretendemos fazer um ensaio de história, mas, apenas, esboçar temas que nos ajudem a interpretar o fenômeno de desbravamento e fixação humana no Vale, em confronto com outras regiões do país.

Ainda na época dos descobrimentos, na fase que Afonso Arinos de Melo Franco denominou de pré-colonial, porque não determinou uma verdadeira colonização, o *ciclo do pau Brasil*, atingiu, de leve, a Bacia de São Francisco, em seu lance final de acesso ao Oceano. Apenas nas matas costeiras se encontravam as árvores que iriam caracterizar a presença dos "brasis" nos mercados europeus.

Também no *ciclo do açúcar* a bacia do São Francisco mal seria tocada. "Ao observador que lançasse as vistas sobre um mapa da época, três pontos negros pelos canaviais distinguiria na costa brasileira. O primeiro seria S. Vicente, cuja tendência era prolongar-se pelo planalto a dentro; o segundo, S. Salvador, e o terceiro, Pernambuco, já bastante próspero. Dos três pontos de osseificação de nacionalidade não se irradiaram tendências econômicas diferentes. Seguiram a lei geral do nosso desenvolvimento econômico — primeiro as instalações agrícolas, com o escravo, no litoral; depois a aventura das "entradas", tangendo-se a gadaria à frente. O colono, entretanto, que se precipitara do Norte em direção ao Sul, pelo São Francisco, e o *bandeirante*, que do Sul se projetara para o Norte, formando a ordenada máxima de nossa penetração sertaneja — Tietê — S. Francisco — iria denunciar o segundo grande ciclo de expansão econômica — o *ciclo da criação do gado*. (Ovídio Cunha — *Diretrizes da antropogeografia*).

Se condições do meio e de posição geográfica não sugeriram a exploração de terras do São Francisco pelo açúcar ou pelo extrativismo inicial, estavam elas destinadas a presenciar um largo surto de ocupação e de movimentação humana quando as primeiras boiadas marcaram a presença do homem na vastidão dos sertões, traçando "caminhos" e formando "currais". A penetração da Bacia do São Francisco ir-se-ia processar, do Norte, ao longo das trilhas que conduziam a gadaria. O impulso expansionista que os núcleos litorâneos transmutavam na mística das "minas", no sonho do ouro e das pedrarias, realizava-se na penetração do gado, vadeando rios, criando núcleos de povoamento à margem dos caudais, até atingir as barrancas do São Francisco, que em pouco seria o "rio dos currais".

O "ciclo do criatório" marcaria a legenda de nossa ocupação territorial de características infundáveis. Tanto quanto a caça às minas êle iria determinar uma expansão territorial vastíssima, uma diluição de gentes que mal se distinguem nos gânglios de povoamento que se formavam em tórno dos currais.

Lançada sobre o quadro geográfico dos campos pobres e das caatingas do São Francisco a expansão da gadaria só se poderia fazer na escala de imensas distâncias. Garcia d'Avila e Guedes de Brito iriam simbolizar a presença de uma hierarquia social no quadro de tão grandes impérios.

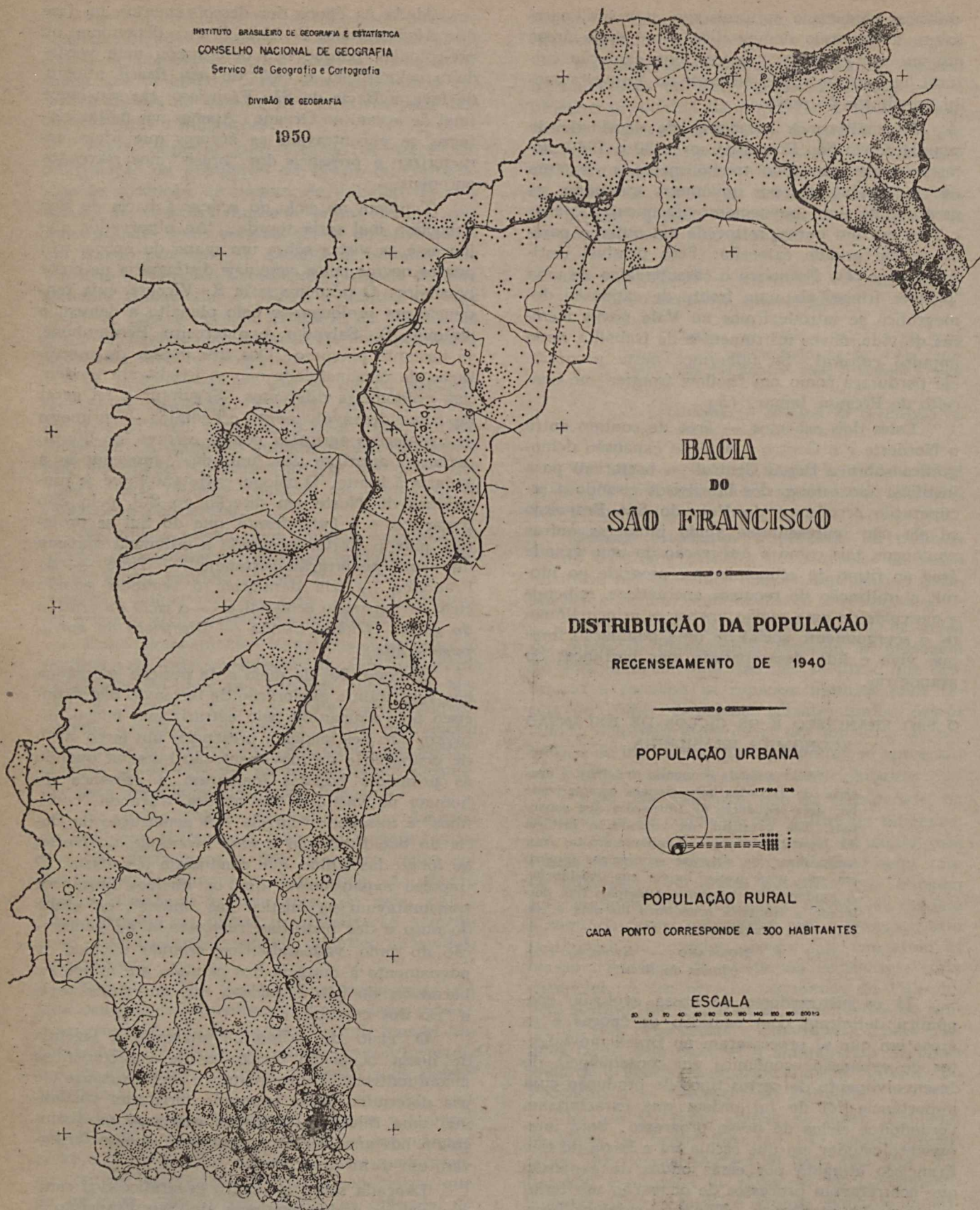
Se é verdade que o São Francisco, no fundo de sua calha hidrográfica se iria tornar um "con-

(5) PRESTON JAMES — *Latin América* — The Odyssey Press — N.Y. — 1942.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
Serviço de Geografia e Cartografia

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

1950



densador de gentes”, e numa avenida interior de povoamento, é nítido que êsse adensamento longitudinal de população seria devido à atração que a água exercia sobre o homem e sobre o gado no tablado geográfico dos campos gerais, e das caatingas secas.

No ciclo da criação o rio São Francisco foi um eixo de penetração de grande permeabilidade que, entretanto, não apresentava condições de meio para um adensamento permanente e progressivo de população. Através de séculos as suas barrancas assistiram a evolução lentíssima de uma

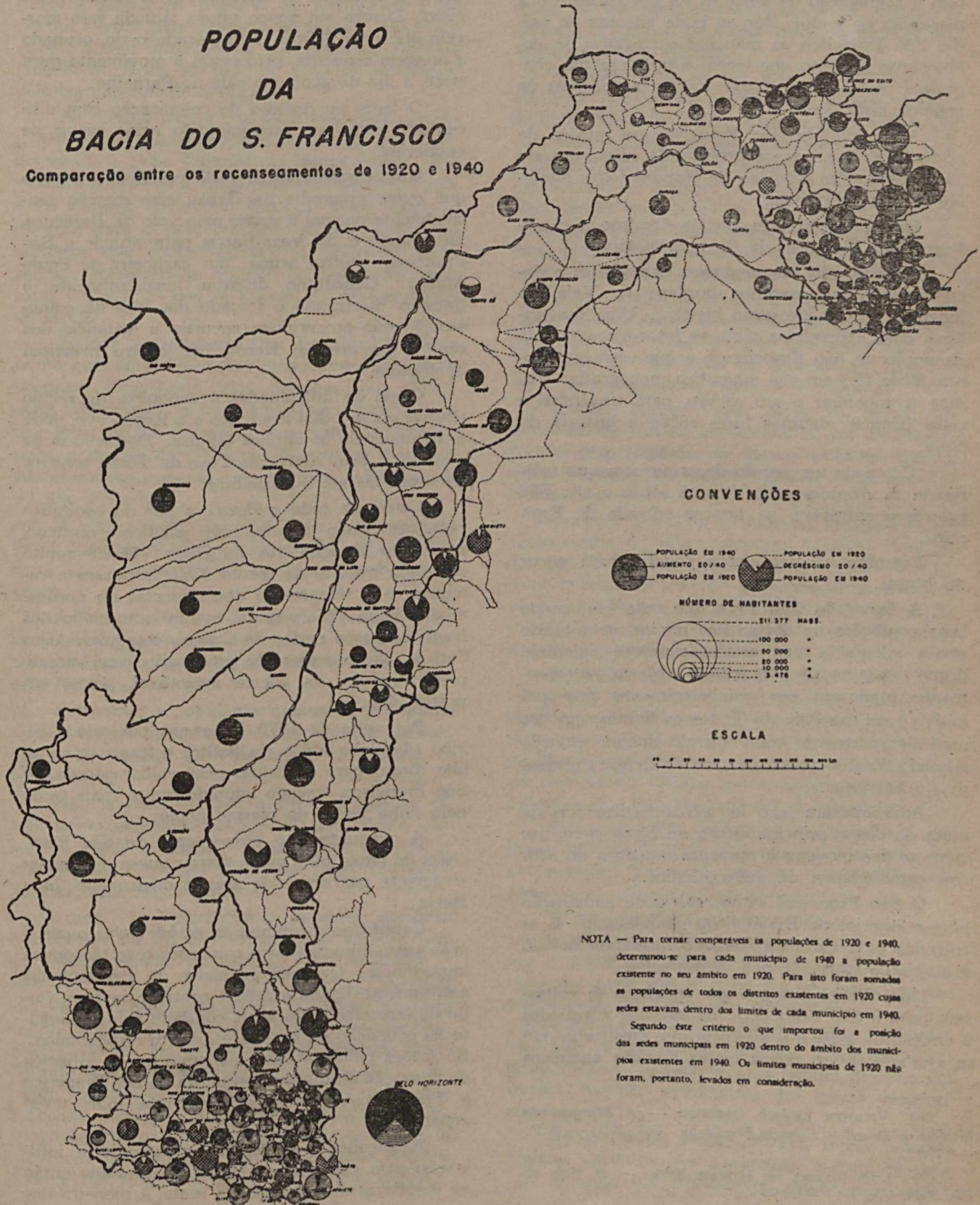
“civilização do couro”, condicionada a existência de pastagens de baixo índice de sustentação por área.

O ciclo das minas — do ouro e do diamante iria vasculhar todo anfiteatro das cabeceiras do grande caudal. A penetração paulista e a instalação das minas abriria a época do povoamento des-

cedente, da expansão que acompanhava as águas e os aluviões riquíssimos. O intercâmbio interior, a continuidade de povoamento, diluído é verdade, mas ininterrupto, iria resultar do poder de aproximação e da facilidade de deslocamento que o São Francisco oferecia, na flutuação de suas águas, rasgando suavemente o imenso planalto interior.

POPULAÇÃO DA BACIA DO S. FRANCISCO

Comparação entre os recenseamentos de 1920 e 1940



NOTA — Para tornar comparáveis as populações de 1920 e 1940, determinou-se para cada município de 1940 a população existente no seu âmbito em 1920. Para isto foram somadas as populações de todos os distritos existentes em 1920 cujas sedes estavam dentro dos limites de cada município em 1940. Segundo este critério o que importou foi a posição das sedes municipais em 1920 dentro do âmbito dos municípios existentes em 1940. Os limites municipais de 1920 não foram, portanto, levados em consideração.

O ciclo das minas completou os contatos de homens vindo do Norte e do Sul. Ao longo de sua calha forjou-se o elo definitivo da unidade nacional quando se entrelaçaram os *homens das minas* e os *homens dos currais*. Não foi, entretanto, através de um povoamento contínuo e de contatos humanos permanentes e estreitos que se processou a ocupação da grande bacia. As próprias características da exploração mineira ou pastoril sugeriram a segregação de gânglios de povoamento e a dispersão do gado. Não se pôde adensar no médio São Francisco as manchas carregadas de povoamento humano que tecem a urdidura das conquistas permanentes e que traçam as páginas da legenda histórica.

A posição do São Francisco no quadro de nossa história é sempre pressentida, ainda quando não registrem as crônicas, de grandes feitos humanos em suas vertentes.

Isto levou Vicente Licínio Cardoso a classificar o São Francisco de *Rio sem história*. (6)

De fato, são fragmentários os registros e documentos sobre presença humana no Vale, ao longo de séculos de nossa história. Uma das sínteses mais expressivas sobre os fatos e motivos da ocupação do São Francisco é a que escreveu *Moraes Rêgo* (7) em sua magnífica monografia. Vamos acompanhar o seu roteiro, para trazeremos a estas páginas algumas luzes sobre a história do Vale.

"Cerca de um século decorreu sem que referissem as crônicas coisa alguma sobre o alto São Francisco entrevisto na famosa entrada de Espinoza.

Entretanto, começava a penetração a partir do litoral.

A barra do São Francisco, não oferecendo boas condições de abrigo aos navios, nem localização adequada aos estabelecimentos coloniais, desprezaram-na os portugueses. Muito judiciosamente fundaram seu estabelecimento principal mais ao sul, na baía de Todos os Santos, um dos melhores portos da costa e onde tinham situação admirável sob o ponto de vista da defesa: a cidade do Salvador.

Aproveitaram logo as terras fertilíssimas da mata da costa, principalmente no Recôncavo, nas quais se desenvolveu a opulenta indústria do açúcar, característica da vida colonial.

O São Francisco como artéria de penetração para o interior do Brasil ficou abandonado. E as entradas pela costa da Bahia malograram devido a obstáculo oferecido pela densa selva.

Duas razões fizeram que as vistas se voltassem para o São Francisco: os terrenos adequados à criação do gado e o interesse que mostraram em se estabelecer em novas terras homens enérgicos

(6) VICENTE LICÍNIO CARDOSO — *À Margem da história do Brasil* — Coleção Brasileira, Vol. XIII — S.P. — 1933.

(7) LUÍS FLORES DE MORAIS RÊGO — *O Vale do São Francisco* Ed. Renascença — S.P. — 1945.

mas desprovidos dos recursos indispensáveis à lavoura da cana e à manufatura do açúcar.

Os primeiros bois vieram à Bahia no governo de Tomé de Sousa. Ao tempo de Gabriel Soares, a criação já atingia às margens do Itapicuru.

Sergipe foi conquistada aos silvícolas na segunda década do século XVI.

Distribuídas fartamente as sesmarias, começou o povoamento da margem direita do São Francisco. Dentro em pouco estava situada essa margem até o rio Salitre. Atravessado o rio, ocupada a margem esquerda, prosseguiu o movimento para oeste, a fim de ganhar o vale do Parnaíba.

O lento movimento de colonização com dificuldade pode ser acompanhado pelas cartas de sesmarias.

Uma corrente subiu o rio principal, ao passo que outra progredia da Bahia, com direção sensivelmente normal à costa, pelo vale do Itapicuru, alcançando o do Vaza-Barris para atingir o São Francisco muito acima da cachoeira de Paulo Afonso. Capistrano discutiu magistralmente a questão, mostrando o traçado das vias de comunicação que procuravam encurtar a distância dos centros pastoris ao Recôncavo, centro principal de consumo.

Cheia de dificuldades a conquista da região situada entre o São Francisco e o Recôncavo, onde se homiziavam os últimos tapuias. Destacou-se na empresa a bem conhecida Casa da Torre, senhora de sesmarias até o rio Salitre.

Como em todo o Brasil, a par da conquista pelas armas, em trabalho mais pacífico e profícuo, salienta-se a ação dos religiosos. Desde muito cedo, em meados do século XVI, iniciaram a catequese e o aldeamento dos silvícolas do nordeste da Bahia. Mais tarde, avulta o trabalho dos franciscanos na região de Curaçá, catequizando os Cariris. São processos de penetração, com certeza, preferíveis aos da guerra inexorável, postos em prática depois.

Por volta de 1670, achava-se povoada a região ribeirinha até o rio Salitre e franco o caminho direto para a Bahia, pela velha estrada do São Francisco, traçado adotado muito mais tarde pela linha férrea do mesmo nome.

A conquista e o povoamento do São Francisco, de baixo para cima, correu quase que exclusivamente por conta do grande centro que foi a Bahia.

Capistrano examinou as razões pelas quais a ação pernambucana para o interior teve tão pouca importância. O papel povoador de Pernambuco, estritamente ligado à defesa contra o invasor vindo do leste, mais litorâneo, consistiu principalmente na ocupação da costa até a barra do Parnaíba. Só razões políticas especiais causariam a injustiça da anexação da margem esquerda do São Francisco a Pernambuco, injustiça felizmente mais tarde reparada.

Alcançado o rio Salitre, prosseguiu a infiltração pelo vale acima. Malogravam ainda então as tentativas de travessia da mata, à maneira das

primeiras entradas, pôsto que para êsse fim recorressem a paulistas.

Assim, em 1658, a expedição de Domingos Barbosa Calheiros, coadjuvado pelo P. Antônio Pereira em direção à Jacobina. Não obstante, conhece-se uma carta de sesmaria além do Salitre, do mesmo Padre Pereira, datada de 1659.

Muito mais tarde, em 1690, o capitão-mor Marcelino Coelho Bittencourt transpunha com filhos e genros os divisores do Paraguaçu e do rio das Contas para penetrar no vale do São Francisco. Sofreu impugnação, por parte de Antônio Guedes de Brito, na base de sesmaria outorgada pelo capitão-mor de Sergipe.

Ao mesmo tempo que se processava no norte a penetração, fatos importantes faziam que fôsse devassada a bacia superior em Minas Gerais. Reveladas pobres as jazidas auríferas de São Paulo e do Paraná, envidou o Govêrno Real todos os esforços para o descobrimento de novos campos auríferos que concretizassem as primeiras esperanças. Recorreu ao espírito audacioso dos paulistas e à prática que já tinham do devassamento do sertão.

Acudiu ao chamado real Fernão Dias Pais Leme que, em 1670, aproximadamente, organizou poderosa expedição, cujos detalhes não cabem aqui. Descoberto o ouro em Minas, surgiram os primeiros estabelecimentos nos vales do Paroapeba e do rio das Velhas. Elementos dispersos adiantaram-se e penetraram na zona axial do vale do São Francisco.

A região média do vale ficou compreendida entre duas áreas mais ou menos colonizadas: ao norte a zona pastoril e ao sul a aurífera de Minas Gerais.

A intromissão de elementos alienígenas na bacia média se efetuou de maneira obscura: elementos brancos, egressos do convívio social e negros fugitivos.

Formaram a população misturada e desordenada, vivendo ao sabor de seus vícios e paixões, que o Dr. Diogo de Vasconcelos denominou os *tacinorosos*.

Não se pode precisar a data em que se encontraram elementos partidos de São Paulo com outros vindos da Bahia, e bem assim quando se estabeleceu o tráfego pelo rio. Com verossimilhança, desde muito cedo.

Antonil faz referências a depósitos auríferos descobertos no rio das Velhas pelo capitão Luís do Couto, partido da Bahia. Não menciona a data.

Os primeiros paulistas que militaram no norte seguiram pelo caminho marítimo: Domingos Barbosa Calheiros em 1658; Estêvão Ribeiro Baião Parente e Braz Rodrigues Arzão em 1671. Segundo Capistrano, logo depois apareceram no São Francisco médio canoas vindas de Minas. O Dr. Diogo de Vasconcelos salienta o fato de conhecer o coronel João Amaro, filho de Estêvão Ribeiro, o rio Verde, divisa da Bahia com Minas Gerais.

Por volta de 1692, percorreu o São Francisco a expedição dirigida por Matias Cardoso e João Amaro, partida de São Paulo para fazer guerra aos Cariris.

Capistrano, em tratando da expedição de Domingos Freitas de Azevedo em 1671, declara que então já se tornara possível a viagem pelo São Francisco.

Em 1700, D. João de Lencastro escrevia a Artur de Sá Menezes, recomendando evitasse a invasão de terras da Bahia pelos habitantes das lavras de Minas Gerais.

Conquistou as terras acima do rio Salitre, até o rio das Velhas o mestre de campo Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, estabelecido com fazendas de gado em Morro do Chapéu, provido em 1684 de uma sesmaria outorgada pelo capitão-mor de Sergipe. A respectiva carta fixava como limite meridional as cabeceiras do Valhum ou Vainhão, que todos julgam ser o rio das Velhas. Não pôde o mestre de campo completar sua obra, detido pela morte.

A expedição de Matias Cardoso deixou vestígios duradouros no São Francisco: o arraial, que durante muito tempo guardou seu nome, nas proximidades da vila atual de Morrinhos. Deve-se-lhe o devassamento do vale do rio Grande.

Manuel Nunes Viana, vindo da Bahia, adquiriu os direitos de sucessão da Casa da Ponte. Atraído pelo comércio nas lavras de Minas Gerais, onde desempenhou papel saliente, cedo abandonou a empresa.

Coube a glória da conquista e organização da seção média do vale ao coronel Januário Cardoso de Almeida, paulista, filho do Cel. Matias Cardoso de Almeida e de D. Inês Gonçalves, também paulista. Fixado no São Francisco, depois da expedição contra os Cariris, recebeu do Governador-Geral poderes absolutos.

Realizou obra completa, pondo termo à licença e à desordem que dominavam na região. Estabelecido a princípio no arraial de Matias Cardoso, erigiu outro, que havia de se tornar a cidade de Morrinhos, e sucessivamente os estabelecimentos que deram origem aos centros atuais de populações: S. Romão, Januária, S. Francisco, etc.

Descreve o Dr. Diogo de Vasconcelos o que foram as lutas da conquista, em que se mesclavam as ambições dos conquistadores aos sentimentos afetivos que deram origem à nova raça.

A conquista e o povoamento pelos mineradores de ouro depressa se alargou no centro de Minas a partir dos primeiros descobrimentos. Concorreram para isso a afluência de gente em demasia para as lavras, as dificuldades de vida e principalmente motivos políticos, isto é, as disputas entre os partidos dos *reinóis* e dos paulistas. Êstes últimos, já calejados no desbravamento dos sertões, tiveram a iniciativa dos novos descobrimentos.

No início do século XVIII, terras compreendidas entre os rios Paroapeba e Pará já estavam situadas por Bartolomeu Bueno, seus paren-

tes e aliados. Agravadas as razões que haviam impellido êsses paulistas a se afastarem do centro das lavras, retirou-se Bartolomeu Bueno para São Paulo, de onde foi descobrir o ouro em Goiás, em territórios que já perlustrara com seu pai. Diante do sucesso, procurou seus parentes e amigos em Minas, para daí atingirem as novas lavras. Abriram o caminho através da alta bacia do São Francisco.

Em 1739, o Govêrno-Geral, para pôr côbro ao contrabando resolveu transformar êsse caminho em estrada que, ao mesmo tempo, desse maior comodidade e segurança aos viajantes. Como prêmio de retribuição a serviços, distribuiu sesmarias aos empresários. Surgiram os primeiros centros de povoação regular da região.

O Guarda-mor José Maria Fróes, partindo em 1743 da região recém-povoada, descobriu o ouro no vale do Paracatu. A descoberta atraiu imediatamente muitos habitantes das lavras do centro de Minas.

Os povoadores de Goiás, caminhando o vale do Tocantins abaixo, dentro em pouco, galgando o chapadão a leste atingiam o vale do São Francisco. Deixaram suas ligações com S. Paulo, para se tornarem san-franciscanas.

As populações localizadas no centro do Brasil, vindas de São Paulo e da Bahia, perderam o contato com seus centros originais principalmente com S. Paulo, cuja influência só modernamente se fez sentir de novo, mercê das estradas de ferro. O comércio com a Bahia limitou-se durante muito tempo à exportação de gado e à importação de mercadorias manufaturadas em pequena quantidade e de sal. Êsse isolamento das populações centrais do Brasil, tornadas tributárias do São Francisco, obedeceu a imperativos geográficos.

Nos ciclos mais recentes de desenvolvimento econômico do Brasil a presença do São Francisco só é reconhecida como rota de migrações internas. Se desde a fase de exploração do ouro e do diamante prodominou um movimento montante de migração ao longo do São Francisco, êsse movimento adquiriu importância maior, em épocas mais recentes, quando se processava a expansão

enorme das culturas do café no vale do Paraíba e nos planaltos de São Paulo.

Ainda hoje as barrancas do São Francisco assistem o trânsito contínuo de nordestinos e san-franciscanos em demanda das áreas mais desenvolvidas do Sul do País. Nota-se entretanto um movimento contrário, lento mas seguro, de ocupação descendente das cabeceiras e formadores do São Francisco. E' o que já constatava Moraes Rêgo, dizendo:

“A colocação da Capital em Belo Horizonte e a abertura de novas comunicações tem provocado êsse fenômeno, que vem deslocando a população do centro de Minas.

O mineiro, notando a pobreza das terras da parte central do Estado, devido à natureza, às dificuldades de amanho e mesmo ao cansaço, tendo a leste terras de preço elevado, procura o Vale do São Francisco onde já pode praticar a lavoura intensiva.

“A vida do Estado de Minas tende a ganhar o eixo do Vale do São Francisco”. Começa a se fazer sentir essa nova vaga de penetração, pôsto que ainda muito local, contrabalançando em grande parte por fenômenos contrários. Tudo leva a crer que, dentro de algum tempo, o fenômeno se venha a generalizar, levando ao Vale do São Francisco nova população”.

Realmente, esta observação de Moraes Rêgo se confirma de forma mais rápida do que poderia êle prever. O desenvolvimento demográfico de Belo Horizonte, adquirindo ritmo notável, repercute com intensidade na expansão do povoamento do alto São Francisco. O progresso industrial da região Central de Minas alarga a mobilização econômica da bacia mineira do São Francisco, caracterizando a influência do *ciclo industrial*, em que vivemos, sôbre o povoamento e desenvolvimento do Vale. Em outro capítulo estudaremos com mais pormenores êstes fatos e a influência provável da instalação da usina de Paulo Afonso, que é outro tema básico do desenvolvimento do São Francisco, no *ciclo industrial*.